

**Covid-19 e jornalismo independente:
experiências e interseccionalidade nas narrativas
e leituras sobre a primeira vacinada no Brasil**

**Covid-19 and independent journalism: experiences and intersectionality
in narratives and readings about the first vaccinated in Brazil**

**Covid-19 y periodismo independiente: experiencias e interseccionalidad
en narrativas y lecturas sobre la primera vacunada en Brasil**

Ana Carolina Damboriarena Escosteguy

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | carolad2017@gmail.com

Suzanne Borela

Universidade Federal de Santa Maria | suziborela@gmail.com

Simone Munir Dahleh

Universidade Federal de Santa Maria | simonemunird@gmail.com

Resumo: O artigo tem como propósito entender a produção de sentidos sobre notícias a respeito da primeira vacinada no Brasil contra a Covid-19, contemplando a dinâmica que se estabelece entre o espaço de produção e o de leitura. Toma-se como foco duas iniciativas de jornalismo de caráter independente – mais especificamente, reportagens publicadas por Nós, Mulheres da Periferia (2012-) e Alma Preta (2015-) – e as respectivas leituras de mulheres autodeclaradas negras. No percurso teórico-metodológico, a perspectiva feminista interseccional e a categoria experiência são utilizadas como aportes tanto na escuta das leitoras quanto na análise das notícias selecionadas. Desse modo, buscamos demonstrar como a interseccionalidade e a categoria experiência são potentes para a produção de um conhecimento mais inclusivo e democrático que não invisibiliza diferenças, considerando-as ainda centrais tanto nas práticas jornalísticas analisadas quanto nas leituras das mulheres negras entrevistadas.

Palavras-chave: narrativa jornalística; Covid-19; interseccionalidade; experiência; mulheres.

Abstract: The article aims to understand the production of meanings about news of the first vaccinated in Brazil against Covid-19, contemplating the dynamics established between the production and reading space. News published by independent journalism as Nós, Mulheres da Periferia (2012-) and Alma Preta (2015-) and the respective readings by self-declared black women are analysing. To this end, the intersectional feminist perspective and the experience category are used as support both in listening to the readers and in the analysis of selected news. In this way, we seek to demonstrate how the category experience and intersectionality can be powerful to produce a more inclusive and democratic knowledge that does not make differences invisible, considering them still central both in the journalistic practices analyzed and in the readings of the interviewed black women.

Keywords: journalistic narrative; Covid-19; intersectionality; experience; women.

Resumen: El artículo tiene como objetivo comprender la producción de significados sobre noticias de la primera vacunada en Brasil contra Covid-19, contemplando las dinámicas que se establecen entre el espacio de producción y lectura. Se toman notas periodísticas de dos iniciativas de periodismo independiente publicadas por Nós, Mulheres da Periferia (2012-) y Alma Preta (2015-) y las respectivas lecturas de mujeres autodeclaradas negras. En el percurso teórico-metodológico, la perspectiva feminista interseccional y la categoría experiencia son utilizadas como fundamentos tanto para escuchar a los lectores como para analizar las noticias seleccionadas. De esta manera, buscamos demostrar cómo la categoría experiencia e interseccionalidad son potentes para la producción de un conocimiento más inclusivo y democrático que no invisibilice las diferencias, considerándolas aún centrales tanto en las prácticas periodísticas analizadas como en las lecturas de los entrevistó a mujeres negras.

Palabras clave: narrativa periodística; Covid-19; interseccionalidad; experiencia; mujeres.

Da proposta

Os processos de precarização da vida de mulheres, em especial negras, periféricas e que contemplam outras diversidades, têm se intensificado pelas crises que estamos vivendo, sobretudo, por conta da pandemia da Covid-19. Produzir novas narrativas a partir de vozes e vivências silenciadas, como as das recém nomeadas, é um imperativo no combate às desigualdades de gêneros, raças, gerações e territórios, pois a esfera simbólica – neste caso, circunscrita ao espaço midiático e incluindo aí o jornalismo – pode produzir nova compreensão social com um horizonte para a equidade. Sendo assim, o propósito desta reflexão é uma tentativa de entender a produção de sentidos de notícias, contemplando a dinâmica que se estabelece entre o espaço de produção e o de recepção. Para tal, toma-se como ponto de partida uma narrativa jornalística, procurando observar, de um lado, como determinadas visões de mundo são acionadas e dão forma ao texto jornalístico e, de outro, quais sentidos este último gera quando entra em circulação.

A análise envolve práticas jornalísticas associadas às iniciativas de jornalismo independente *Nós, Mulheres da Periferia* (2012-) e *Alma Preta* (2015-) e sua leitura por mulheres autodeclaradas negras¹. Além de independentes, essas organizações também podem ser caracterizadas, respectivamente, como imprensa feminista² e imprensa negra³, o que justifica nosso interesse em analisá-las, visto que nosso foco está centrado no cruzamento entre experiências de mulheres e a discussão interseccional em práticas jornalísticas.

Compreendemos a produção jornalística independente como uma prática alternativa ao modelo hegemônico e tradicional de jornalismo, ou seja, “que preza pela verdade, pela transparência e pela autonomia”, com uma produção que pode ser regida “por uma agenda de princípios e valores em que preconizam os direitos humanos e individuais, a igualdade, a liberdade de imprensa e a defesa da democracia e do interesse público” (OLIVEIRA, 2021, p. 309)⁴. No caso em tela, essa prática jornalística está vinculada a pautas feministas. Desse modo, o disparador da análise é a cobertura jornalística das

¹ A autoclassificação por cor de pele nos cadastros públicos é uma reivindicação histórica do movimento negro no Brasil. Se recuperarmos estas informações, veremos que houve uma invisibilidade das desigualdades sofridas por pessoas negras, o que gerou um ocultamento histórico de indicadores sobre esse grupo social (SILVA JR; BENTO; SILVA, 2010). Sendo assim, utiliza-se a autodeclaração, reconhecendo a subjetividade do sujeito da classificação, mas também como forma de atentar às desigualdades e como uma tentativa de reparo social.

² Compreendemos a imprensa feminista como produtora de narrativas que priorizam a exposição de opressões estruturais marcadas pelo gênero e outras categorias sociais, portanto, vinculada a uma ação transformadora e emancipatória.

³ Segundo a definição de Araújo e Peruzzo (2021, p. 237), imprensa negra trata de “veículos de comunicação produtores de conteúdo jornalístico em que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões, em temáticas raciais e não raciais”.

⁴ Originalmente, optamos por indicar, em citações diretas e indiretas, o nome completo de autores e autoras, com objetivo de reconhecer e dar visibilidade às pesquisas de autoria feminina, reforçando o lugar ocupado por mulheres na produção de saberes em diferentes áreas do conhecimento. Contudo, para atender às diretrizes da revista, que toma como base as normas vigentes da ABNT para referências bibliográficas, revisamos o texto original, excluindo os prenomes das citações, o que inevitavelmente resulta no encobrimento da autoria.

duas iniciativas citadas sobre a primeira pessoa vacinada contra Covid-19 no contexto nacional, em 17 de janeiro de 2021. Ela é uma mulher negra, enfermeira, que atua na linha de frente de combate à pandemia, em São Paulo (SP) – portanto, situada em um grupo populacional de alto nível de vulnerabilidade econômica e social, que corriqueiramente não tem sua voz reconhecida pela imprensa tradicional.

Teoricamente, pretende-se acionar uma perspectiva feminista interseccional, tanto na análise dos materiais jornalísticos quanto na configuração e na escuta de um grupo de mulheres. O fato de uma mulher negra ser a primeira pessoa vacinada no país é fértil para pensar como esse acontecimento é construído de variadas formas, significando, portanto, de modos diferentes a partir da compreensão de distintas realidades que levam ou não em consideração as situações de “opressões cruzadas” (BIROLI; MIGUEL, 2015). O mesmo vale para a adoção do princípio de cruzamento entre gênero, raça, geração e condição social⁵ no processo de seleção de interlocutoras, bem como para analisar suas vozes a respeito da cobertura jornalística já assinalada.

Optamos por experimentar a perspectiva interseccional aplicada à pesquisa em jornalismo reconhecendo que seu uso ainda é incipiente nessa área (LAGO; KAZAN; THAMANI, 2018). Em estudo sobre a imprensa negra e feminista, Flavia Rios e Viviane Gonçalves Freitas (2018, p. 41, grifo nosso) indicam que as análises vigentes “quase sempre acompanham *ou* os estudos de gênero, em sua vertente sobre a análise feminista, *ou* os estudos sobre relações raciais, que aborda a imprensa negra e a mobilização do ativismo negro. No Brasil são dois campos de estudos que andam em linhas paralelas, com raríssimos pontos de diálogo”.

Considerando o campo da comunicação, é possível notar um relativo interesse pelas classes sociais, desde a década de 1970, ainda que com enfoques e usos diversos (GROHMANN, 2016). Embora seu cruzamento com uma condição de mulher – termo preferencial, em detrimento ao de gênero, que aparece mais tarde – tenha alguma ocorrência na pesquisa em comunicação, os atravessamentos entre gênero, raça e classe são muito recentes (ESCOSTEGUY, 2020a). À vista disso, reforçamos a pertinência da adoção do referencial interseccional como estratégia teórico-metodológica.

Vale ainda observar que, no campo da comunicação, é notória e relativamente longeva a presença do enfoque nas relações raciais. Por exemplo, *A verdade seduzida* (1983) e, posteriormente, *Claros e escuros* (1999), ambas de Muniz Sodré, são produções de larga circulação e reconhecimento nesse sentido. Inclusive, um pouco antes dessa última obra, o mesmo autor, em análise sobre a imprensa negra, já delineava a concepção de racismo midiático (SODRÉ, 1998). Outros exemplos, também reconhecidos na área, são os trabalhos de Solange Martins Couceiro de Lima (1996/1997) e Joel Zito Araújo (2004), que tratam do papel da televisão brasileira e, especialmente, da telenovela na reprodução de

⁵ Devido à complexidade implicada na identificação da classe social das interlocutoras, tomamos apenas as informações sobre sua escolaridade e categoria ocupacional. Entendemos que esses dois indicadores são produtivos para pensar a condição social, ainda que não sejam suficientes. Portanto, não estamos comprometidas propriamente com uma identificação de classe. De toda forma, consideramos que este marcador deva ser acionado, a despeito de sua incompletude, já que seu descarte acarretaria uma invisibilidade e silenciamento de indicadores importantes que compõem a condição social.

estereótipos raciais, entre outros e outras autores e autoras que, mais recentemente, se dedicam à interface da questão racial com a publicidade, o cinema e outras mídias ou outros produtos midiáticos.

Já as questões de gênero na comunicação ganham espaço e adquirem visibilidade no Brasil a partir da década de 1990, desenvolvendo-se com algumas especificidades. No entendimento de que existem variadas categorias que são entrelaçadas, que impactam e são impactadas entre elas, houve historicamente maior motivação pelo par gênero/classe, comparativamente, que pelo trio gênero, classe e raça, incorporado mais recentemente nas pesquisas em comunicação, como já assinalado. Ainda que existam diferentes abordagens sobre o cruzamento desses três marcadores na articulação das desigualdades, é a incorporação do conceito de interseccionalidade que vem aos poucos conquistando espaço.

Portanto, a situação de paralelismo entre as análises que assumem interfaces entre comunicação e relações raciais e aquelas que trabalham questões de gênero, bem como a novidade e a incipiência do uso da categoria interseccionalidade(s) no mesmo campo, valida a incorporação desse conceito como uma contribuição importante à agenda feminista que se propõe plural e em direção contrária à universalização da “mulher”. Sobretudo ao focar nossas lentes em um acontecimento – a vacinação contra Covid-19 no Brasil –, que visibiliza uma mulher negra (primeira pessoa vacinada), explorando tanto a narrativa jornalística sobre essa notícia quanto suas leituras junto a um grupo de mulheres.

Isto posto, alinhamos nossa metodologia e optamos por convidar mulheres autodeclaradas negras para a pesquisa. As leituras foram obtidas mediante entrevista realizada via plataforma Google Meet. Tinha-se um conhecimento prévio das interlocutoras, o que contribuiu para a facilidade do contato. Sendo assim, foi-lhes direcionado um convite para tratar da cobertura jornalística da Covid-19. As duas matérias em análise foram compartilhadas para leitura durante o processo de entrevista. A atividade foi autorizada pelas entrevistadas, permitindo gravação, transcrição e uso em artigos de caráter científico. Um número maior de mulheres foi considerado e contatado para entrevista, mas algumas recusaram e outras não puderam participar devido ao prazo disponível para sua realização.

Identificado o objeto de que nos ocupamos e a perspectiva teórico-metodológica a ser assumida, estrutura-se a argumentação em duas partes, além desta introdução. A orientação mais geral sobre a abordagem do jornalismo a partir dos estudos culturais e o vínculo entre um ponto de vista feminista e interseccional são explorados na seção que segue. Ao explicitar as premissas que balizam esta proposta, podemos dizer que situamos nossa experimentação no âmbito dos estudos culturais feministas (ESCOSTEGUY, 2020b). Na sequência, exploramos os modos como Nós, Mulheres da Periferia e Alma Preta produzem sentidos sobre a primeira pessoa vacinada contra Covid-19 conjuntamente com as leituras de nossas interlocutoras. Acompanhando a apresentação dessas observações, delineamos algumas conclusões, ainda que iniciais.

Estudos culturais feministas, interseccionalidades e jornalismo: a centralidade da(s) experiência(s)

Na discussão teórico-metodológica aqui adotada, reconhecemos a produção de sentido como atividade primeira do jornalismo. Sendo assim, o gênero noticioso é um tipo particular de sistema simbólico (BIRD; DARDENNE, 1988). Compreendemos essa particularidade mediante o entendimento de que é o trabalho do repórter que atribui sentido. Desse modo, entende-se que “uma lista de fatos, mesmo que ordenados cronologicamente, não é uma narrativa como também não é uma narrativa noticiosa” (SCHUDSON, 2005, p. 121, tradução nossa)⁶. A narrativa é vista como um fenômeno heterogêneo, que se institui em um jogo de trocas, de agenciamento e reconhecimento, do outro e de si mesmo. Para Paul Ricoeur (1994, p. 116), “contamos histórias porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas”. A narrativa é um lugar contínuo de produção de sentido. Ao narrar, damos ordem ao caos, produzimos outros conhecimentos e vivências, tornamos a experiência humana apreensível, acessível e inteligível, e, portanto, estamos também sempre criando outras experiências.

No jornalismo, configuramos narrativas do presente com uma forte influência de um tempo passado, ao passo que almejamos alcançar explicações de um tempo por vir. São experiências que articulam modos temporais distintos e que no ato de narrar ganham sentido. No entanto, o tempo narrado desperta em cada sujeito experiências e sentidos diferentes, que estão de acordo com o tempo vivido de cada um, bem como seu reconhecimento (ou não) do mundo em narração. Ao compartilhar um determinado saber sobre o mundo, a narrativa não só expressa valores, normas e regras reconhecíveis (ou não), como também configura novas realidades e deixa aberto um espaço para que novas experiências prosperem, tornando possível também o florescer de novas narrativas.

Desse modo, é preciso reconhecer que as experiências, “se não podem jamais ser substituídas ou mesmo apreendidas em sua totalidade pelas narrativas que delas fazemos, também jamais podem ser mantidas em estado vivo ou de latência se delas não tecemos narrativas” (CARVALHO; LAGE, 2014, p. 158). O potencial da narrativa pode contribuir para que um novo modo de contar alcance a prática jornalística, buscando a inclusão de sujeitos às margens, das minorias que geralmente não obtêm espaço e visibilidade no modelo hegemônico e tradicional de jornalismo. Nesse horizonte, fará isso também a partir das experiências, da sua relação com os acontecimentos e com os tempos vividos.

Assumimos, então, que uma análise cultural do jornalismo apreende a narrativa noticiosa como uma prática que significa, situada em um lugar afetado por múltiplas relações de poder. Portanto, atravessam-na as condições sociais de produção, o planejamento jornalístico, a estrutura político-financeira da organização jornalística, os valores, as ideologias e as subjetividades dos profissionais, assim como as condições de consumo e recepção (HALL et al, 1999).

Sem desconhecer o peso de todos os aspectos recém mencionados, priorizamos voltar a atenção para as narrativas jornalísticas – entendidas como produto das condi-

⁶ Construimos, aqui, nosso entendimento sobre o jornalismo com base em fontes bibliográficas anglo-americanas (Elizabeth Bird, Robert Dardenne, Michael Schudson, Stuart Hall), sem desconhecer que, com essa atitude, reforçamos sua hegemonia teórica. Justificamos seu uso, contudo, por considerarmos que tais perspectivas tomam como ponto de partida que o jornalismo opera em circunstâncias variáveis e específicas – e, portanto, reivindicam suas particularidades conforme seu desenvolvimento espacial e temporal.

ções de produção, do tipo de organização jornalística e dos/as respectivos/as produtores/as e seus mapas referenciais – e explorar sua leitura por três mulheres autodeclaradas negras. A ilustração abaixo nos fornece o perfil de cada uma delas⁷.

Figura 1. Perfil das entrevistadas



Fonte: Elaboração das autoras.

⁷ Diulia e Priscila já haviam sido entrevistadas por Simone Munir Dahleh para sua dissertação de mestrado, intitulada *Feminismo(s) midiático(s): apropriações de mulheres a partir do programa televisivo Amor & Sexo* e defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM/UFSM). Amélia, apesar de ser conhecida da pesquisadora, não havia participado propriamente do trabalho anterior. Nesta ocasião, apenas Amélia optou por utilizar um pseudônimo.

Assumir um olhar feminista interseccional nos possibilita eleger epistemologias importantes para analisar a narrativa jornalística em questão e as experiências de leitura. A categoria experiência nos permite olhar para a produção, na figura dos/as produtores/as das narrativas, para suas protagonistas e para o consumo, no que diz respeito às leitoras dos produtos jornalísticos analisados. Acreditamos que apostar em um ponto de vista feminista, para que as diferentes experiências – neste caso, especialmente, a de mulheres negras – façam parte da construção do conhecimento, é caminho produtivo e com potencial para transformar as narrativas e as práticas jornalísticas contemporâneas.

Mobilizamos essa categoria em duas formas: primeiramente, como categoria epistemológica; e, na sequência, investigando sua potencialidade como categoria analítica. Como categoria epistemológica, nos induz a abandonar a concepção de sujeito universal, complexificando o processo de ressignificação da objetividade, ao incluir uma diversidade de experiências. Tal posicionamento reconhece a experiência como categoria capaz de permitir uma compreensão de como os sujeitos vivenciam o mundo social. Daí a inclusão da categoria gênero como um elemento que constitui as experiências e dá visibilidade às subjetividades. Ainda, a mesma categoria, cruzada com outros eixos de poder, permite perceber que existem variados conhecimentos que são reprimidos, invisibilizados e/ou negados.

Segundo Joan Scott (1995, p. 78), “a desigualdade de gênero tem a ver com outras desigualdades”; portanto, torna-se essencial a articulação das experiências das mulheres, por exemplo. A partir do final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, no contexto internacional, amplia-se a discussão das teorias feministas sobre a combinação de um conjunto de marcadores (gênero, classe social, raça, geração, etnia, etc.) na formação de estruturas de opressão e desigualdades, aprofundando o questionamento da universalidade de gênero – neste caso, em específico, entre as mulheres.

Para além da condição de gênero das mulheres, diversas autoras e correntes têm desenvolvido reflexões sobre as variadas experiências e opressões que diferentes mulheres vivenciam. Para tanto, além da condição de gênero, outros marcadores afetam as experiências dessas mulheres, como raça, classe, geração, etnia, sexualidade, entre outros. Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2015, p. 44) afirmam que, “hoje, em grande parte da literatura, é a noção da interseccionalidade que tende a condensar a presença de formas múltiplas e articuladas de opressão”. Sem pretender abarcar uma larga revisão teórica sobre esse conceito, privilegia-se seu uso para indicar que ele, além de valorizar a experiência, reconhece o conjunto de diferenças e desigualdades que operam com o gênero (COLLINS, 2017).

A interseccionalidade problematiza a categoria “mulher universal” e compreende as desigualdades para além das disparidades de gênero, já que “‘apenas gênero’ geralmente significa ‘apenas mulheres brancas’” (GILL; TOMS, 2019, p. 105, tradução nossa). Desse modo, o feminismo negro definiu a interseccionalidade como conceito fundamental para seu movimento, já que as mulheres negras são afetadas por diversos sistemas de opressão, silenciados no movimento feminista (SANTOS, 2016).

Fazemos uso da metáfora da intersecção (CRENSHAW, 2002, p. 177) para demonstrar como os eixos de poder estão estruturados de formas desiguais e, frequentemente, sobrepostos para diferentes grupos. Por exemplo, as mulheres racializadas muitas

vezes estão em um espaço de cruzamento em que racismo/xenofobia e desiguais condições sociais e de gênero se encontram, produzindo uma constelação de diferenças.

Contudo, “a interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos” (AKOTIRENE, 2019, p. 43). Não se trata de somar ou combater apenas uma forma de opressão, já que os marcadores identitários se entrelaçam e não estão separados entre si. É necessário atentar às condições que atravessam e moldam as experiências das sujeitas. Nessa perspectiva, Danièle Kergoat (2010) faz uma crítica aos estudos que utilizam a interseccionalidade em termos cartográficos, ou seja, pensando grupos sociais como essencializados em suas diferenças, o que leva a naturalização das categorias e pode colocar as análises das relações sociais em posições fixas.

Ainda, bell hooks (2019) comenta que, embora mulheres negras construam um modo opositor de ver – principalmente em relação a produtos midiáticos –, não se pode entender essa diferença como uma postura essencialista, como se todas as mulheres negras, intrinsecamente, tomassem essa consciência. Tal oposição pode não ocorrer, já que as mulheres possuem diferentes realidades sociais, ou mesmo porque suas visões foram colonizadas. A consciência de suas representações não leva automaticamente à politização; este é um processo que ocorre de forma gradual, em um processo de descolonização. Portanto, a autora fala em “olhar opositor”, construído a partir de contradições e questionamentos.

Ao repensar as questões de gênero a partir de uma perspectiva interseccional, as teorias feministas abriram caminho para novas abordagens e miradas epistemológicas, como, por exemplo, a valorização das experiências de mulheres no processo de produção de conhecimento. Para Jessica Gustafson Costa (2018, p. 49), “a teorização feminista foi sendo construída, não superando todas as desigualdades oriundas da produção de saber, mas trazendo novas formas de olhar sobre o mundo, recontando histórias, corrigindo falhas, apontando novos caminhos”. Contrapondo-se à ideia de universalidade do sujeito, e também de identidades fixas e essencializadas, as epistemologias feministas colocam em evidência as “experiências das mulheres”. Sendo assim, a categoria da experiência é vista como central na produção de conhecimento científico, especialmente porque valoriza as distintas experiências cotidianas.

Ao refletir sobre a centralidade da categoria experiência e sobre a interseccionalidade, Ana María Bach (2014, p. 49, tradução nossa) destaca que não se trata de enumerar, listar ou hierarquizar todas as desigualdades possíveis, mas sim de “estudar aquelas manifestações e identidades que são decisivas em cada contexto e como elas são incorporadas pelos sujeitos para dar-lhes um significado que é temporário”. É preciso considerar que a experiência é marcada pela posicionalidade, ou seja, um modo de compreender o mundo que depende efetivamente do lugar e do modo como estamos posicionadas histórica e socialmente, um modo de saber baseado em um ponto de vista. Portanto, um dos primeiros e mais importantes passos ao adotar a experiência como categoria epistemológica e analítica, é entender que ela não é unificada, e que “pode ser mobilizada de várias maneiras, para diferentes propósitos e com diferentes resultados” (GRAY, 1997, p. 99, tradução nossa).

Apropriamo-nos, então, da experiência como categoria epistemológica e analítica, indicando o lugar a partir do qual constituímos e analisamos o objeto de estudo em tela. Este passo, por sua vez, nos arremessa para um cruzamento entre uma perspectiva femi-

nista e interseccional e a análise cultural do jornalismo, situando esta última no âmbito dos estudos culturais feministas. Isso porque compreendemos que os estudos culturais feministas, neste caso, estão configurados pela escolha e pela construção de um objeto de estudo que são viabilizadas mediante determinadas premissas de uma tradição político-intelectual engajada com práticas feministas e o reconhecimento da intersecção entre sistemas de opressão e experiências de vida de mulheres.

Notícias sobre a primeira vacinada no Brasil: narrativas feministas interseccionais e experiências de leitura

Em 17 de janeiro de 2021, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso emergencial da vacina Coronavac, um fato que ganhou grande visibilidade midiática no contexto nacional. Após o anúncio, a enfermeira Mônica Calazans, profissional de um hospital de São Paulo, foi a primeira pessoa a receber a vacina no Brasil. A aprovação do imunizante não constituiu a notícia como um todo, já que a partir desse ato outro fato passou a figurar na agenda midiática, com uma cobertura transmitida ao vivo por diversos veículos: o momento em que a enfermeira recebeu a dose da vacina.

Neste artigo, a narrativa em análise está composta por duas matérias sobre esse último fato, publicadas online no dia 18 de janeiro de 2021. Uma delas foi produzida pela organização feminista de jornalismo Nós, Mulheres da Periferia⁸, e a outra, pela agência independente Alma Preta⁹, considerada como imprensa negra. Exploramos também as leituras de três mulheres autodeclaradas negras, antes mencionadas, coletadas ao longo do mês de maio de 2021. Procuramos observar os temas, os enfoques e as vozes que constituem as notícias e as leituras, tomando a(s) experiência(s) como categoria central, tanto do ponto de vista analítico quanto do ponto de vista epistemológico. E, ao longo desse procedimento, observamos ainda se a narrativa jornalística e as leituras viabilizam uma perspectiva interseccional.

A notícia *Mônica Calazans e vacina: felizes e ansiosas mas com os pés no chão*, do Nós, Mulheres da Periferia, demarcou em sua linha de apoio a abordagem da pauta e a agenda assumida: “Estamos emocionadas, esperançosas [...], mas com os pés atrás e bem no chão. Sabemos que o mundo é diferente da ponte pra cá” (MOREIRA; OLIVEIRA, 2021, online). Percebe-se que, apesar da expectativa gerada pelo fato, o relato revela que não há ilusão com uma ideia de igualdade social, comprometendo-se com o reconhecimento político de desigualdades e diferenças. De imediato, sobressai também que essa prática jornalística é guiada por emoções, aspecto recorrente na narrativa do coletivo. Por um lado, a cobertura em análise expressa prudência e cautela; por outro, entusiasmo e esperança. Essa característica a situa em contraposição à imprensa tradicional

⁸ O coletivo Nós, Mulheres da Periferia é composto por mulheres jornalistas (em sua maioria negras) da periferia de São Paulo. Seu marco fundador foi a publicação de um manifesto, em 7 de março de 2012, na *Folha de S.Paulo*, que deu origem a um site e a uma página no Facebook.

⁹ Alma Preta surgiu em 2015 como uma agência de jornalismo independente e especializada na temática racial. Seus conteúdos são divulgados através do site almapreta.com e das redes sociais da agência.

Contudo, a celebração pela chegada da vacina ao Brasil não é a abordagem predominante no texto, e todas as entrevistadas da pesquisa notaram esse aspecto. Diulia (26 anos) afirma claramente que a vacinação não é o foco da matéria, mas sim a “política”:

eu acho que faltou um pouco os dados sobre a vacina, sabe?! O que essa vacina tem, que vacina é, que seriam duas doses... [...] a vacinação foi meio que esquecida (risos) em todo texto, nos dois textos (referindo-se à matéria do Alma Preta). [...] era sobre a vacina, o título sobre a vacina, mas o texto fala muito mais em política, do que em vacina, né?! (Diulia, em entrevista).

Amélia (60 anos) foi a que se manifestou de modo mais enfático e emotivo, considerando a chegada da vacina como uma “esperança de vida”, mas não deixou de comentar que o texto se referia à luta política entre o governador de São Paulo e o presidente do Brasil. Fica claro que o discurso jornalístico produzido é marcado por uma determinada interpretação, sinalizando sua corporificação.

Constatamos que a atuação do Nós, Mulheres da Periferia consiste em uma prática de jornalismo responsável por aquilo que se compreende por “fatos”, na medida em que identifica motivações e causas para ações que alcançam o *status* de notícia. O olhar interseccional é claramente manifesto na reportagem, ao apresentar as diferenças e as desigualdades que surgem ao refletir sobre a pandemia na perspectiva racial, territorial e de gênero, de modo articulado. Embora a protagonista do acontecimento, Mônica, não ganhe plenamente voz na narrativa, visto que o texto traz apenas um breve depoimento da enfermeira, o enfoque se mantém, ao longo de toda a matéria, na repercussão da vacinação na realidade das mulheres negras e periféricas.

Priscila (21 anos), ao contrário de nossa interpretação, considera esse material jornalístico ancorado no ponto de vista humano e de vida da enfermeira. Sobretudo, quando compara a narrativa do Nós, Mulheres da Periferia com a da agência Alma Preta: “Parece que é ela [Mônica Calazans] que tá escrevendo a matéria ao meu ver, eu senti isso, parece que era a mulher vacinada que tava escrevendo a matéria assim, foi mais ou menos isso que eu percebi entre uma e outra [matéria]” (Priscila, em entrevista).

Atribuímos a diferença de olhares aos distintos posicionamentos que evocam experiências e conhecimentos corporificados. Nós três, autoras deste artigo, somos mulheres brancas, com formação profissional em comunicação social e privilegiadas socialmente, ainda que de gerações distintas. Entretanto, consideramos que, neste caso, a condição social sobressai em relação ao marcador geracional¹⁰, que não é acionado na leitura dessas mulheres. Priscila cursa Pedagogia em universidade pública e atua como professora auxiliar. Reside, trabalha e estuda em Santa Maria (RS). Sua mãe é dona de casa e o pai, guarda municipal – ambos contribuem com seu sustento, e não moram na mesma cidade que a filha.

Na outra matéria sobre o mesmo fato, produzida por Alma Preta e intitulada *É a voz da enfermeira Mônica que devemos ouvir e ela diz: “Acreditem na vacina”*, a temática da

¹⁰ O marcador geracional não foi contundente no exercício realizado, ainda que em futuros estudos possa ser melhor aproveitado, ao ampliar o conjunto de interlocutoras. No grupo atual, apenas uma interlocutora e uma pesquisadora têm acima de 50 anos.

primeira mulher vacinada é conectada por dimensões temporais, culturais e sociais, que refletem sobre a pandemia na vida de mulheres negras. A narrativa inicia com a apresentação da protagonista do acontecimento, a enfermeira Mônica Calazans.

Ao apresentar a realidade da enfermeira, Alma Preta assinala que ela é apenas mais um exemplo de como as mulheres negras estão expostas ao coronavírus no Brasil, ainda mais quando situadas em grupos de risco, como é o caso de Mônica. Ao fazer uma retomada histórica, o texto demonstra como a desigualdade social vem permeando a pandemia desde o registro da primeira morte de uma mulher negra por Covid-19 no país. Mediante esse procedimento, ficam manifestas as opressões cruzadas no texto.

Foi em março de 2020 que o Brasil registrou a morte de uma mulher negra, uma empregada doméstica, que contraiu coronavírus da patroa recém chegada de uma viagem à Itália. De lá para cá, os números aumentaram, mas a cor da pele de quem mais morre no país por covid-19 é a mesma daquela senhora de 61 anos, que continuava trabalhando no apartamento de luxo no Leblon, mesmo com a determinação de isolamento social (É A VOZ..., 2021, online).

Acreditamos que acionar as dimensões históricas e culturais do país é de extrema importância para refletir sobre como a relação entre diferentes marcadores sociais torna-se responsável por configurar desigualdades e instituir relações de poder, que não são as mesmas para todas as pessoas – especialmente para mulheres. As três leitoras reconheceram que as duas matérias fornecem um ponto de vista amplo, contextual e diferenciador, em comparação a outras práticas jornalísticas. Mesmo Diulia, que critica o jornalismo de um modo geral, concorda que os textos mostram um ponto de vista ausente nas outras notícias que acompanhou sobre o mesmo fato. Trata-se, portanto, de relatos que revelam uma perspectiva de responsabilidade com as diferentes realidades sociais.

O tratamento dessas questões direciona a discussão para um ponto de vista situado, o das mulheres negras, e ajuda a compreender a importância de escolher a enfermeira para representar uma classe de trabalhadoras da área da saúde. Amélia e Priscila destacaram esses aspectos como outro diferencial do material jornalístico considerado na pesquisa.

[...] essa matéria [do Alma Preta] trouxe essa questão das pessoas que morrem, das que mais morrem que são da cor da pele negra, enfim, sobre a questão política também, que o Doria tentou se beneficiar disso, pra ele tentar evoluir nisso, nos postos da política, e que ele deseja aí uma presidência [...] então ele se beneficiou disso, sendo que isso não vai apagar tudo que as pessoas brancas, de uma certa forma já fizeram... (Priscila, em entrevista).

A narrativa do Nós, Mulheres da Periferia traz também como característica o tom de denúncia, ao apresentar a diferença no número de óbitos da população negra, expondo uma experiência de territorialidades e negritude que é subjetiva e localizada em um contexto urbano geral. A narrativa argumenta:

Vacinar é urgente, mas é parte do processo. Nada apaga o fato de, até aqui, parte da população ter morrido de forma desproporcional. [...] ao longo do ano de 2020, a curva de mortes e casos sempre esteve mais alta entre os distritos mais negros da cidade de São Paulo (MOREIRA; OLIVEIRA, 2021, online).

O foco é colocado nas experiências da população periférica, que vivencia a pandemia de modo diferente em sua territorialidade. Amélia e Priscila reconheceram como positiva essa ênfase do material jornalístico. Além disso, o relato refere-se à desigualdade no acesso da população periférica a saúde e assistência médica – aspecto também detectado nas falas das mesmas duas interlocutoras, Amélia e Priscila. Entretanto, apenas Amélia relaciona a vacinação ao papel do Sistema Único de Saúde (SUS): “Quereria agradecer ao SUS, lutar pelo SUS pra ele continuar nos favorecendo, a população, porque é só 1% da população brasileira que têm acesso a hospitais, consultas particulares, e o SUS, a gente tem muito que agradecer pela vacina, por tudo que nos proporciona” (Amélia, em entrevista).

Apesar desse papel do SUS na periferia, as urgências alcançam outras complexidades, relatam Jéssica Moreira e Semayat Oliveira (2021, online), autoras da matéria do Nós, Mulheres da Periferia: “Aqui nas bordas, há unidades de saúde que ignoram pacientes com sintomas e se negam a realizar testes até mesmo em mulheres com mais de 60 anos, feito nossas mães”.

Moreira e Oliveira (2021, online) também reconhecem que escolher Mônica como a primeira pessoa a ser vacinada fez parte de uma estratégia de convergência entre o interesse político eleitoral do governador de São Paulo, João Doria, alinhado a uma possível candidatura à presidência da República, em 2022, e à situação político-cultural antirracista em nível global: “A cena é perfeita para este momento político em que se fala tanto sobre antirracismo e desigualdades. A imagem simbólica, mas, acima de tudo, estratégica”.

Ainda assim, a importância de mulheres como Mônica, atuantes na linha de frente no combate à Covid-19, é reconhecida e celebrada. Novamente, Amélia e Priscila coincidem nas suas manifestações de endosso a esse enfoque do Nós, Mulheres da Periferia, mesmo que não tenham menosprezado os interesses políticos implicados nessa escolha.

Então, eu achei assim, que é mais um confronto entre São Paulo e o Brasil, com seus governantes, aí entra também aquela parte do ministro da saúde, que bateu de frente com o Dória, pra o combate a essa epidemia. E a gente assim, como diz, vamos continuar lutando, vamos ser as Mônicas que o país precisa, as Mônicas Calazans que vão continuar lutando pela pesquisa brasileira, pelas mulheres do Brasil, pelas mulheres negras e pela população negra (Amélia, em entrevista).

Já Diulia se sente incomodada com a marcação racial atribuída à enfermeira Mônica, considerando-a excessiva. Notamos, ao longo de toda a interação estabelecida com ela, que o marcador racial não despertou o mesmo reconhecimento expressado pelas outras duas

interlocutoras, ainda que se autodeclare negra. Como já demarcado por hooks (2019), a posição crítica e opositora muitas vezes não ocorre, já que as mulheres possuem realidades desiguais e, muitas vezes, seus pensamentos foram colonizados. Desse modo, a consciência de suas representações não leva à politização automaticamente, pois demanda um longo processo de descolonização. Daí a importância de atentar para outros marcadores sociais em nossa análise. Aqui, sua formação e atuação profissional funcionam como indicadores de uma condição social mais elevada em comparação com as outras duas entrevistadas.

Diulia avalia, inclusive, que se deu muito destaque ao marcador racial e que ocorreu uma repercussão exagerada, em detrimento do fato em si, a vacina. Como profissional da saúde, em sua segunda residência em curso, ela comenta que as informações sobre a vacina, os métodos, a sua composição e outros aspectos foram tratados de modo insuficiente e, portanto, isto é uma falha nas reportagens lidas e no jornalismo, em geral. Ela lamenta que o jornalismo esteja, em suas palavras,

levando muito ao pé da letra a parte do racismo ou não ser racista, tudo leva a primeira opção: a cor da pessoa. Quando vi ela ser vacinada não levei [isso] a primeira coisa “nossa ela é uma mulher negra a ser vacinada sabe?!” eu só vi a primeira mulher a ser vacinada, eu não consegui ver isso logo de cara: negra (Diulia, em entrevista).

Enfim, as duas reportagens assumem um tom afirmativo e engajado, que contribui para confirmar a caracterização de uma narrativa jornalística contra-hegemônica, ou seja, que se opõe ao modelo dominante de jornalismo na sua tentativa de dissimulação de seu enquadramento interpretativo e ideológico. De modo geral, ambas organizações jornalísticas praticam um jornalismo engajado, porém, não se instaura uma polaridade entre esses dois compromissos – jornalismo e engajamento político.

O texto do Nós, Mulheres da Periferia celebra as enfermeiras – “No mais, viva as Mônicas que estão na linha de frente” (MOREIRA; OLIVEIRA, 2021, online) – e evoca as experiências das próprias produtoras da notícia, com ênfase em uma articulação da condição de gênero, raça e territorialidade. Porém, de nosso ponto de vista, a protagonista do relato jornalístico não é Mônica. Além disso, o que enquadra o modo como a primeira pessoa vacinada é noticiada nesse relato está relacionado a quem são as sujeitas produtoras da notícia com suas próprias marcas de gênero, raciais e de territorialidade e, claro, ao tipo de organização jornalística a qual pertencem. As jornalistas, portanto, são sujeitas ativas e corporificadas no processo de produção jornalística.

Já o jornalismo de Alma Preta confere a Mônica o protagonismo do relato, ainda que mescle sua voz com uma dura crítica à atuação dos governos estadual e federal, apresentando estatísticas, especialmente de São Paulo, que indicam que as pessoas pretas e periféricas lideram o ranking de vítimas por Covid-19.

A escolha de uma mulher negra, trabalhadora da Saúde, para iniciar o processo de imunização provocou o levante de um país que tem pessoas pretas e periféricas liderando o ranking de vítimas desde o primeiro caso letal confirmado (É A VOZ..., 2021, online).

Para o Alma Preta, a notícia sobre Mônica Calazans rende “boas manchetes” aos governantes, mas o fato em si não se reflete na prática, ou seja, em políticas públicas para proteção das populações mais vulneráveis, como historicamente é a negra. Daí a presença de um forte tom de denúncia, como este trecho: “mania ‘marketeira’ de políticos brasileiros, que exaltam seus feitos como se eles não fossem parte dos deveres que devem pautar a atuação de qualquer gestor eleito pelo povo (É A VOZ..., 2021, online). Fica evidente que essa prática jornalística está comprometida com uma determinada ação política.

Consideramos, finalmente, que a reflexão mobilizada pelo Alma Preta consegue apresentar um ponto de vista interseccional, que aciona fatores econômicos, raciais e sociais para narrar e contextualizar o fato de ter sido uma mulher negra a primeira vacinada no país. Além disso, tanto no título quanto no desfecho, a matéria *É a voz da enfermeira Mônica que devemos ouvir e ela diz: “Acreditem na vacina”* visibiliza e endossa o posicionamento e o protagonismo da enfermeira.

A perspectiva interseccional também pode ser percebida na fala das entrevistadas, pois o modo como estão posicionadas socialmente e suas vivências as fazem ter diferentes experiências de leituras da narrativa em questão, cada qual mobilizando características e fatos com os quais mais se identificam. Apontamos o cruzamento gênero, raça e condição social como mais expressivos nas leituras das entrevistadas. Como mencionado anteriormente, o fator geracional, neste exercício em específico, mostrou-se com menos peso que os demais marcadores.

Refletir sobre a alquimia de categorias sociais e a centralidade das experiências – tanto das jornalistas e das leitoras quanto das próprias pesquisadoras – no processo de produção do discurso jornalístico e de suas leituras, bem como do conhecimento gerado pela pesquisa, possibilita enxergar e valorizar as diferenças que nos constituem e nos posicionam enquanto sujeitas(os) do mundo. E é esse mesmo entrelaçamento de vivências que nos ajuda a perceber a pluralidade e a diversidade da realidade social, bem como os distintos problemas e as desigualdades que afetam as mulheres de diferentes modos. Assim como Biroli e Miguel (2015, p. 29), “entendemos que as assimetrias que se definem no entrecruzamento e [na] constituição recíproca desses três eixos [gênero, classe e raça] são incontornáveis para a análise das desigualdades nas sociedades contemporâneas”.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Senac, 2004.

ARAÚJO, Valmir Teixeira de; PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Imprensa negra e cidadania: conteúdos do *Correio Nagô*, *Mundo Negro* e *Nação Z. MATRIZES*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 229-250, maio/ago. 2021.

BACH, Ana María. Fertilidad de las epistemologías feministas. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 38-56, 1º sem. 2014.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Myth, chronicle, and story: exploring the narrative qualities of news. In: CAREY, James W. (Ed.). *Media, Myths and Narratives: Television and the Press*. London: Sage, 1988.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução de desigualdades. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez. 2015.

CARVALHO, Carlos Alberto de; LAGE, Leandro. Sobre contribuições epistemológicas de Paul Ricouer para estudos em comunicação: ação, narrativa e acontecimento. In: FRANÇA, Vera Veiga; ALDÉ, Alessandra; RAMOS, Murilo César (Orgs.). *Teorias da comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas*. Salvador: Edufba, 2014. p. 150-171.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan./jun. 2017.

COSTA, Jessica Gustafson. *Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo*. 218 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

COUCEIRO DE LIMA, Solange Martins. Reflexos do “racismo à brasileira” na mídia. *Revista USP*, São Paulo, v. 32, p. 56-65, dez.1996/fev.1997.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º sem. 2002.

É A VOZ da enfermeira Mônica que devemos ouvir e ela diz: “Acreditem na vacina”. *Alma Preta*, 18 jan. 2021. Disponível em: <<https://acortar.link/d9GH2D>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Comunicação e gênero no Brasil: discutindo a relação. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 130-138, 2020a.

_____. Estudos culturais feministas: a importância de afirmar uma nomeação. *LÍBERO*, São Paulo, ano 23, n. 46, p. 10-25, 2020b.

GILL, Rosalind; TOMS, Katie. Trending now: feminism, sexism, misogyny and post-feminism in British journalism In: CARTER, Cynthia; STEINER, Linda; ALLAN, Stuart (Eds.). *Journalism, Gender and Power*. London: Routledge, 2019. p. 97-112.

GRAY, Ann. Learning from experience: cultural studies and feminism. In: MCGUIGAN, Jim (Ed.). *Cultural Methodologies*. London: Sage, 1997. p. 87-105.

GROHMANN, Rafael. *As classes sociais na comunicação: sentidos teóricos do conceito*. 365 f. (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2016.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

LAGO, Cláudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2018.

MOREIRA, Jéssica; OLIVEIRA, Semayat. Mônica Calazans e a vacina: felizes e ansiosas mas com os pés no chão. *Nós, Mulheres da Periferia*, 18. jan. 2021. Disponível em: <<https://acortar.link/OI84QP>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

OLIVEIRA, Vanessa Costa de. *A configuração da forma cultural do jornalismo independente nos territórios latino-americanos*. 2021. 339 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. t. 1. Campinas: Papyrus, 1994.

RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do pensamento negro brasileiro. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, ano 19, n. 1, p. 25-45, maio 2018.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Os estudos feministas e o racismo epistêmico. *Gênero*, Niterói, v. 16, n. 2, p. 7-32, 1º sem. 2016.

SCHUDSON, Michael. News as stories In: ROTHENBUHLER, Eric W.; COMAN, Mihai (Eds.). *Media Anthropology*. London: Sage, 2005. p. 121-128.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA JR, Hédio; BENTO, Maria Aparecida da Silva; SILVA, Mário Rogério (Orgs.).
Políticas públicas de promoção da igualdade racial. São Paulo: CEERT, 2010.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Sobre imprensa negra. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 23-32, jul./dez. 1998.

_____. *A verdade seduzida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

Ana Carolina Damboriarena Escosteguy

Professora visitante junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Suzanne Borela

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no âmbito do qual foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Simone Munir Dahleh

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).